

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

REQUERIMENTO

(Do Srº Alberto Filho)

*Requer realização de **Audiências Pública**, nesta Comissão, para debater a Proposta de Emenda à Constituição, nº 17/2011, que “dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.*

Senhor Presidente,

De acordo com as normas regimentais da Câmara dos Deputados, requero **realização de Audiência Pública**, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater a Proposta de Emenda à Constituição, nº 17/2011, que “dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal” de autoria do nobre deputado Rubens Bueno, para a qual fui designado Relator.

Os nomes das autoridades a serem convidadas para esta Audiência Pública, são as seguintes:

- 1) Excelentíssimo Senhor, **José Eduardo Cardoso**,
Ministro da Justiça;
- 2) Excelentíssimo Senhor, **Drº Joaquim Benedito Barbosa Gomes**, Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF;
- 3) Excelentíssimo Senhor, **Drº Félix Fischer**,
Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
- 4) Excelentíssimo Senhor, **Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros**, Procurador Geral da República – PGR;

5) Excelentíssimo Senhor **Senador Renan Calheiros**,
Presidente do Senado Federal;

6) Excelentíssimo Senhor, **Deputado Henrique Alves**,
Presidente da Câmara dos Deputados;

7) Excelentíssimo Senhor, **Drº Marcus Vinicius Furtado Coêlho**,
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Justificação

Considerando a relevância desta matéria, que propõe uma nova sistemática de composição da Suprema Corte do Corte faz-se necessário que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, já nesta fase da admissibilidade ou não desta Proposta de Emenda Constitucional, tomem conhecimento da posição das instituições mencionadas na referida PEC 17/2011, de autoria do nobre parlamentar, Rubens Bueno, cujos nomes são propostos, neste requerimento, para participar desta Audiência Pública.

A manifestação destas autoridades muito contribuirá para a formação do posicionamento de cada um dos nobres pares desta Comissão, seja para reconhecer a admissibilidade constitucional desta matéria conforme parecer por mim apresentado em 28/08/2013 ou para simplesmente rejeitá-la, não dando prosseguimento à sua tramitação.

Deste modo, solicito aos nobres pares que aprovelem este requerimento de Audiência Pública.

Sala das Comissões, ____ / _____ de 2014.

ALBERTO FILHO
Deputado Federal-PMDB/MA